



34453283



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 18/12/2025	
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	ÓRGÃO
Manoel Carlos de Almeida Neto	SE
Angelita da Rosa	SE
Victor Epitácio Cravo Teixeira	CONJUR
Sheila Santana de Carvalho	SAJU
Marivaldo de Castro Pereira	SAL
Lílian Manoela Monteiro Cintra de Melo	SEDIGI
Paulo Henrique Rodrigues Pereira	SENACON
André de Albuquerque Garcia	SENAPPEN

Mario Luiz Sarrubo	SENASP
Waldemar Gonçalves Ortunho Junior	ANPD
Gustavo Augusto Freitas de Lima	CADE
Ronaldo Alves Nogueira	AECI
Débora de Souza Januário	SAA
David de Lima Freitas	SPO
Solange Berto de Medeiros	STI
Marcos Paulo Hiath da Silva	OUV
Ana Luísa Villela de Viana Bandeira	SENAD
Fábio Santos Pereira Silva	SENAJUS

PAUTA

1. Considerações iniciais e apresentação da pauta da reunião;
2. Planejamento e Orçamento;
3. Informes de Administração;
4. Monitoramento do Planejamento Estratégico: SENAPPEN e SE;
5. Reunião de Avaliação da Estratégica - RAE;
6. Informes e encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. O Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, Sr. Manoel Carlos, realizou a abertura da reunião do Comitê de Governança Estratégica - CGE, agradecendo a presença de todos os presentes, e ressaltando a relevância do encontro para articular as iniciativas em conformidade com o Plano Plurianual - PPA.
2. Dando abertura aos assuntos pautados, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, apresentou os pontos previstos para a reunião, destacando o alinhamento do Planejamento Estratégico 2024-2027 ao Plano Plurianual recentemente revisado. Em seguida, tratou sobre o

planejamento orçamentário do Ministério, enfatizando as restrições contábeis e a importância da integridade na execução orçamentária e nos registros financeiros. Informou acerca das inconformidades contábeis verificadas até o mês de outubro, e colocou a equipe da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO à disposição para apoiar as unidades na elaboração dos planos de correção. Apontou que a execução orçamentária geral do Ministério alcança 97%. Mencionou ainda que restam aproximadamente R\$ 224 milhões a empenhar, além da expectativa de votação dos PLN nº 21 e nº 26, que podem agregar cerca de R\$ 170 milhões ao Fundo Nacional Antidrogas - Funad, com prazos curtos para execução. Destacou também que há R\$ 289 milhões em emendas parlamentares pendentes de empenho (57% executados até o momento), estando em andamento tratativas com as unidades para apoio à execução. Por fim, informou sobre as transferências especiais (Emendas PIX), cuja nova janela de análise resultou na avaliação de 369 planos de ação, totalizando R\$ 27 milhões em custeio e R\$ 208 milhões em investimentos voltados a municípios e estados na área de segurança pública.

3. Prosseguindo com a pauta, a Subsecretária de Administração, Sra. Débora Januário, apresentou três informes referentes às atividades da Subsecretaria. O primeiro tratou do Planejamento Semestral de Eventos, conforme o Ofício Circular nº 63/2025/SAA/SE/MJ, encaminhado às unidades do Núcleo Central em novembro. Informou que o contrato de eventos foi assinado em 21 de novembro, e solicitou que as unidades encaminhem à Secretaria-Executiva, até 31 de janeiro de 2026, a previsão dos principais eventos do próximo semestre, a fim de possibilitar adequada organização e uso dos recursos previstos. O segundo informe abordou a movimentação de servidores para outros órgãos, esclarecendo que, embora os atos de gestão de pessoal tenham sido centralizados no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, a Portaria nº 10.957/2025 manteve o fluxo anterior para as cessões, com manifestação prévia das unidades e deliberação pela Secretaria-Executiva, em razão da carência de servidores no Ministério. O tema foi formalizado por meio do Ofício Circular nº 35/2025/GM, assinado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, orientando as chefias quanto aos procedimentos. Por fim, a Subsecretária tratou da pauta relativa ao provimento e ao dimensionamento da força de trabalho. Destacou a publicação da Portaria de Pessoal de 10 de dezembro, que definiu a alocação de 147 novos servidores aprovados no Concurso Público Nacional Unificado para o Núcleo Central do Ministério, ainda sem posse efetivada. Ressaltou a necessidade de que todas as unidades concluam com prioridade o dimensionamento de suas equipes, pois esse levantamento subsidiará a distribuição estratégica dos novos servidores pela Secretaria-Executiva e pelo Gabinete do Ministro. Informou que 61%

das 18 unidades já concluíram o processo, e que será encaminhado novo ofício reforçando a importância do tema.

4. Dando continuidade à reunião, a Diretora de Políticas Penitenciárias, Sra. Cíntia Rangel, apresentou informações sobre as atividades laborativas no sistema prisional, ressaltando sua relevância estratégica para as metas do Plano Pena Justa. Sobre a contratação de oficinas de trabalho com recursos do Fundo Penitenciário Nacional – Funpen, informou que o Ministério trabalha com diferentes instrumentos, e apresentou as áreas de trabalho desenvolvidas, selecionadas a partir de 2023 por critério de aderência no sistema prisional e potencial de entregas, tanto para dentro quanto para fora das unidades. As oficinas contemplam: fabricação de blocos de concreto para pavimentação urbana; programa de dignidade menstrual; malharia; serralheria; horticultura; panificação; e marcenaria. Destacou que as oficinas de marcenaria desenvolvidas no Rio Grande do Sul contribuíram para a reconstrução de móveis destinados às pessoas atingidas pelas enchentes. Ressaltou que as oficinas do Programa de Capacitação Profissional - PROCAP visam não apenas à qualificação profissional, mas também à sustentabilidade das atividades, por meio de parcerias com os estados. Informou que 603 oficinas de trabalho prisional se encontram em funcionamento em todo o território nacional, sendo 311 em execução no âmbito do programa de ampliação de oficinas produtivas PROCAP, e 292 em implementação por meio de doações. Informou que o Ministro assinou em agosto o novo Decreto da Política Nacional de Trabalho no Sistema Penal - PENAT, que atualiza a política de 2018, e atende aos gargalos anteriormente identificados, aumentando o número de cotas para pessoas do sistema penal nos contratos da administração pública, incluindo aquelas em prisão domiciliar com monitoração eletrônica e em cumprimento de alternativas penais. A iniciativa conta com parceria do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e do Ministério do Trabalho para triangulação voltada à qualificação profissional. Apresentou dados do painel de monitoramento relativo às metas do Plano Pena Justa: o indicador estratégico, conforme dados do SISDEPEN do primeiro semestre de 2025, registra 198.370 pessoas privadas de liberdade trabalhando (correspondente a 21,14% da população penal de 938.072 em celas físicas e prisão domiciliar), superando significativamente a meta prevista de 171.000 pessoas para 2025 e a meta de 182.000 prevista para 2027. Destacou que o Plano Pena Justa foi replicado no âmbito estadual, com 13 dos 27 estados já possuindo planos estaduais homologados pelo Supremo Tribunal Federal e 14 com prazo até 29 de dezembro para homologação com ressalvas.

5. Em continuidade à pauta, a Subsecretária de Tecnologia da Informação, Sra. Solange Medeiros, apresentou uma síntese dos principais avanços do projeto Celular Seguro, que completa dois anos de implementação.

Informou que, no período recente, foram implementadas três entregas relevantes: o envio de mensagens a usuários que habilitam chips em aparelhos com registro de furto ou roubo, orientando a devolução dos dispositivos; a funcionalidade de consulta de celulares com restrição, integrada à base do Celular Seguro, à Anatel e à Base Nacional de Boletins de Ocorrência, destinada principalmente a consumidores de aparelhos usados; e o início da integração e da interoperabilidade com as polícias, com a primeira fase concluída junto ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública - Sinesp e as ações em curso com a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, com perspectiva de expansão às demais unidades da federação. Destacou que o projeto é conduzido por comitê interno com participação de diferentes secretarias do Ministério e do encarregado de dados, e apresentou dados consolidados, informando que o Celular Seguro conta com mais de 3.700.000 pessoas cadastradas e cerca de 196.000 alertas gerados desde o seu lançamento ao final de 2023.

6. Na sequência, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, apresentou a etapa da pauta relativa à Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, destacando o processo de revisão do Planejamento Estratégico 2024-2027, validado em junho de 2024, e acompanhado mensalmente por meio do Sistema de Indicadores e do Sistema de Monitoramento de Projetos (Project). Informou que o plano contempla 12 objetivos estratégicos, 48 indicadores estratégicos e 37 projetos estratégicos, distribuídos entre as unidades do Ministério, com diferentes quantidades de indicadores e de projetos vinculados a cada uma delas. Esclareceu que, no âmbito da revisão, foram promovidos ajustes na carteira de projetos estratégicos, com a exclusão de 6 projetos e a inclusão de 7 novos projetos. Informou, ainda, que foram incluídos 6 novos indicadores, revisados 9 indicadores existentes e excluídos 7 indicadores estratégicos. Explicou que o ciclo de revisão do Planejamento Estratégico seguiu o fluxo estabelecido pela SPO, envolvendo o envio do Ofício-Circular com orientações e escopo da revisão, a realização de reuniões temáticas com as unidades, a análise das informações apresentadas, a proposição de ajustes nos elementos estratégicos e a validação prévia pela Secretaria-Executiva e pelo Gabinete do Ministro, resultando em um total de 38 projetos estratégicos e 47 indicadores estratégicos na versão atualizada do planejamento. Com base nos documentos disponibilizados dos indicadores e dos projetos estratégicos, o Secretário-Executivo, Sr. Manoel Carlos de Almeida, submeteu o conteúdo aos membros do CGE, sendo aprovados sem objeções.

7. Encerradas as apresentações, o Sr. Manoel Carlos abriu a palavra para o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Sr. Ronaldo Alves

Nogueira, para a apresentação do informe sobre a temática de gestão de riscos. Na ocasião, destacou a relevância da reunião para o fortalecimento da governança institucional e parabenizou a Secretaria-Executiva e a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento pelo trabalho desenvolvido. Esclareceu que, além dos riscos de integridade tratados no Programa e no Plano de Integridade, também foram identificados riscos de continuidade de negócios que demandam tratamento específico. Informou que foi estabelecida parceria com a Subsecretaria de Tecnologia da Informação, para implantação, a partir de janeiro, de cronograma de gestão de riscos de continuidade de negócios, com base na metodologia ISO 31000. Assinalou que o trabalho compreenderá diagnóstico, identificação e construção de plano de ação, com a finalidade de submeter, ao final, proposta de plano de mitigação em áreas consideradas vitais para o atendimento às demandas das unidades do Ministério.

8. O Secretário-Executivo, Sr. Manoel Carlos, agradeceu a exposição do Sr. Ronaldo Nogueira, reforçou a importância da gestão de riscos e da atuação alinhada entre a Controladoria, a área de gestão de riscos, de tecnologia da informação, de administração e demais unidades, destacando que a Secretaria-Executiva depende diretamente desse trabalho para garantir segurança e continuidade da gestão.

9. Em seguida, a Secretária Nacional de Acesso à Justiça, Sra. Sheila Carvalho, apresentou solicitação de cooperação às unidades do Ministério, informando que a agenda de enfrentamento à violência contra as mulheres foi elevada à prioridade máxima do Governo Federal, e que o Ministério da Justiça e Segurança Pública foi incumbido de organizar, de forma articulada, suas entregas e linhas de atuação relacionadas ao tema. Relatou que já houve diálogo preliminar com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos e a Secretaria Nacional de Segurança Pública para identificação de iniciativas prioritárias, e destacou a necessidade de reunir, de maneira sistematizada, tanto o conjunto de ações já realizadas, quanto aquelas previstas para o próximo ano, incluindo informações sobre previsão orçamentária, investimentos e áreas de aplicação. Informou que será encaminhado ofício circular às unidades, solicitando o envio das iniciativas desenvolvidas e das perspectivas futuras na temática de violência contra as mulheres, enfatizando a importância dessa resposta para subsidiar questionamentos da Presidência da República quanto às ações, recursos empregados e prioridades do Ministério.

10. Em seguida, o Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Sr. Gustavo Augusto, registrou satisfação com a aproximação institucional com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, e informou que o ano foi especialmente relevante para a autarquia, que alcançou, pela

primeira vez, 4,5 estrelas no *ranking* internacional de competitividade digital, situando-se entre as seis agências mais bem avaliadas do mundo e acima de autoridades concorrenciais de países como Estados Unidos, México, Argentina, Chile, Portugal e Espanha. Destacou que 2024 também foi um ano histórico em termos orçamentários para o Conselho, com execução próxima a 100% de um orçamento de aproximadamente R\$ 48 milhões. Relatou que houve salto expressivo no volume de acordos celebrados, com cerca de R\$ 357 milhões pactuados, o que contribuiu para assegurar a efetiva entrada de recursos no Tesouro Nacional. Mencionou dois acordos estruturantes no setor de aplicativos e telefonia móvel. Informou, ainda, que o Conselho obteve reconhecimento adicional com premiação ligada ao sistema e-Notifica e com a classificação em nível Diamante da sua revista institucional, ressaltando que os resultados alcançados são mérito não apenas da autarquia, mas de todo o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

11. Em seguida o Sr. David Freitas continuou com os informes e encaminhamentos. O Subsecretário ressaltou que em janeiro as unidades serão demandadas a atualizar e complementar as informações do Relatório de Gestão Integrado, bem como a versão final dos textos da Mensagem Presencial de 2026. Enfatizou, ainda, a importância de atenção aos prazos do Monitoramento do PPA e à manutenção do acompanhamento físico-financeiro, orçamento discricionário e do orçamento impositivo.

12. Após os encaminhamentos, Sr. Manoel Carlos agradeceu a presença de todas e todos, e declarou encerrada a reunião do Comitê de Governança Estratégica.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Coordenador(a) de Gestão Interna**, em 30/01/2026, às 16:05, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Santos Pereira Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça**, em 30/01/2026, às 16:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 30/01/2026, às 16:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de

novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Manoela Monteiro Cintra de Melo, Secretário(a) Nacional de Direitos Digitais**, em 30/01/2026, às 16:30, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Andre de Albuquerque Garcia, Secretário(a) Nacional de Políticas Penais**, em 30/01/2026, às 17:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Debora de Souza Januario, Subsecretário(a) de Administração**, em 30/01/2026, às 17:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Luiz Sarrubbo, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 30/01/2026, às 18:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Paulo Hiath da Silva, Coordenador(a)-Geral de Ouvidoria**, em 02/02/2026, às 11:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Rodrigues Pereira, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 02/02/2026, às 18:32, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANGELITA DA ROSA, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 02/02/2026, às 18:50, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Solange Berto de Medeiros, Subsecretário(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 03/02/2026, às 18:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Sheila Santana de Carvalho, Secretário(a) Nacional de Acesso à Justiça**, em 03/02/2026, às 20:19, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **David de Lima Freitas, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 04/02/2026, às 11:55, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **34453283** e o código CRC **1E2EC09B**.
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.